

## EXPERIMENTANDO COISAS REAIS: A FORMAÇÃO COMO PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Robert Filipe dos Passos

Marina Pitagoras Lazaretto

Marcio Tascheto da Silva

Giovana Henrich

Clenir Maria Moretto

Bernadete Maria Dalmolin

Universidade de Passo Fundo – UPF/Brasil

**RESUMO:** A ciência tem ocupado a função de interpretar e compreender o mundo, sem necessariamente dialogar diretamente com este. Sendo a academia o espaço formal da produção científica, é na relação desta com a sociedade em geral que podemos identificar o distanciamento entre aquilo que é discutido e produzido na academia e as demandas da realidade. Buscando superar esse hiato, a equipe gestora da Vice Reitoria de Extensão da Universidade de Passo Fundo construiu o plano de formação extensionista em 2013. Entendendo que é somente a partir de processos formativos, com metodologias de trabalho que promovam o diálogo e a produção de conhecimento coletiva que somos capazes de romper com estes discursos que buscam deter pra si saberes/poderes. Para isso, possuímos alguns eixos norteadores para o processo de trabalho proposto, sendo eles: educação não formal; educação para os direitos humanos; tecnologias sociais a partir da e na relação com as comunidades; políticas sociais e território. Neste sentido, criar espaços de diálogo dentro da extensão universitária a partir de processos formativos, propondo aproximações entre os diversos sujeitos da extensão, é propor outros modos de produção de subjetividade, exercendo resistência aos discursos dominantes acerca do que é construir conhecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Extensão universitária; Processos formativos; Saber/poder.

### DA PRÁTICA DE PERGUNTAR SOBRE A PRÓPRIA PRÁTICA

“Eu não estou interessado  
Em nenhuma teoria  
Nem nessas coisas do oriente  
Romances astrais  
A minha alucinação  
É suportar o dia-a-dia  
E meu delírio  
É a experiência  
Com coisas reais...”  
(BELCHIOR, Alucinação, 1976).

O que é ensinar? O que é aprender? De que aprendizado ou ensino falamos? Como ensinamos ou aprendemos? Como esses processos auxiliam em nossas práticas cotidianas? Como podemos fazer das experiências com as diferentes realidades processos de ensino e aprendizado? Quem são os sujeitos desse processo?

Essas perguntas tem ganhado força nos espaços de ensino. Existe uma crise nos discursos hegemônicos que historicamente pautaram e que constituíram realidades vivenciadas no âmbito da educação em geral. Questionar os modelos hegemônicos de ensino é produzir tensionamento e provocar rupturas nestas práticas.

Se historicamente vivenciamos um distanciamento entre o “mundo real” e o “mundo acadêmico” - distância esta expressa na sempre deficitária relação entre práxis social e práxis acadêmica -, a tentativa de ruptura buscou desterritorializar essa relação, constituindo um “mundo comum”, onde os territórios e as práticas se articulam e dão sentido um ao outro. Este movimento se dá a partir da busca de outros processos de ensino e aprendizado, que sejam pautados na pluralidade, no quais não se pretenda produzir representantes de um saber/poder, mas sim a legitimação de diferentes saberes/poderes, potencializando diferentes modos de vida.

Uma das tarefas de maior complexidade no âmbito do ensino superior, por conta do seu lugar estratégico como formador de cidadãos-profissionais, é garantir a avaliação do impacto do processo de aprendizado em todos os âmbitos, ou, o produto gerado a partir destas práticas. É a partir da avaliação do processo de ensino na universidade que somos capazes de identificar a complexidade que circunda estas práticas de um modo geral.

Cada instância da universidade tem diferentes formas de avaliar seu processo de trabalho. No âmbito da extensão universitária, refletir sobre o produto gerado nas práticas extensionistas, é ter em vista a impossibilidade de descolar as ações em si de todo o sistema organizativo e de gestão desses processos. É necessário também ter em vista que há diferentes perspectivas possíveis de compreender o sistema organizativo da extensão universitária. Em nossa experiência na Universidade de Passo Fundo, entendemos que é função fundamental da gestão garantir processos formativos sistemáticos e contínuos que busquem potencializar as práticas extensionistas no que se refere ao planejamento, execução e avaliação destas.

Foi com essa compreensão que em 2013 construiu-se o Plano de Formação Extensionista, documento que apresenta uma proposta de cronograma de atividades de formação, tais como conferências, cursos, oficinas, assessorias, etc., visando possibilitar momentos de problematização das questões emergentes nas práticas extensionistas junto aos docentes, discentes e funcionários envolvidos nesse âmbito. Esse documento pauta-se em quatro eixos norteadores que, articulados entre si, buscam dar subsídio para a qualificação das ações de formação propostas para a extensão desta universidade.

O eixo da educação não formal é apresentado como estratégia metodológica possível, na qual a proposta pedagógica ganha formas singulares em suas ações, destituindo lugares cristalizados nesses processos, potencializando-os em seu sentido político.

No eixo da educação em direitos humanos, é reconhecida a integralidade, indissociabilidade e universalidade dos direitos em suas diferentes dimensões (dimensão ética, social, política, cultural e pedagógica).

Propõe-se no eixo de tecnologias sociais, a construção destas a partir da e na relação com as comunidades, objetivando impactos e transformação social. Essa construção encontra-se intimamente vinculada as práticas de extensão, materializadas em ações, eventos, prestação de serviços, programas, projetos e cursos.

Por fim, políticas sociais e território caracterizam-se como eixo fundamental para a extensão universitária, pois são nessas ações que diferentes instituições se articulam buscando dar conta das demandas emergentes das realidades. Este eixo está diretamente vinculado à definição das áreas temáticas apontadas pelo FORPROEX (2007) para a realização da extensão universitária, sendo enfocados também na Política de Extensão da instituição.

As políticas sociais enquanto espaço das diferenças, contradições e da dinâmica complexa das relações, interpõem-se a ideia de território como lugar de significados e ressignificações, na qual os sujeitos vão constituindo os espaços a partir das suas experiências.

A definição destes eixos norteadores passa diretamente pela necessidade de dar conta de fragilidades identificadas em avaliações realizadas dos projetos e programas de extensão. Foram evidenciadas necessidades de qualificar as leituras de realidade realizadas pelos projetos, algumas fragilidades no que se refere a vinculação destes com as políticas sociais, bem como a necessidade do uso de metodologias participativas, com características inter e transdisciplinares.

Existem determinadas perspectivas de extensão universitária que historicamente se destacaram no Brasil. Tavares (1997) identifica três tendências diferentes de propostas de extensão no país. A primeira é denominada de funcionalista, a qual compreende a universidade como um complemento do Estado, devendo executar as políticas do mesmo. A tendência crítica compreende a necessidade de se voltar o olhar para a vinculação da extensão com o ensino e a pesquisa, porém, sem necessariamente entender a primeira como sujeito possível de processos educacionais. Por fim, há ainda a tendência processual, que além de garantir a compreensão da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, caracteriza-se por um “despertar” da universidade como instituição comprometida com as questões sociais, sem necessariamente sobrepor as funções do Estado, mas sim ocupando um lugar estratégico de articulação entre universidade e sociedade.

Estas perspectivas levantadas pelo autor referido certamente não esgotam as formas existentes de organizar e realizar extensão, porém expressam discursos que são recorrentes nestas práticas, justamente por encontrarem-se entranhados nestes processos.

Atualmente, evidenciamos em nossas práticas uma busca pela legitimação da produção de conhecimento pautada na coletividade, que parte da realidade dos sujeitos com os quais os projetos procuram trabalhar, em oposição à perspectivas tradicionais, onde na relação universidade-comunidade é somente a primeira a detentora de saber. Este é um elemento chave para compreendermos os desafios e limites do nosso processo de trabalho, pois é justamente este tensionamento, entre outros, que dá forma e conteúdo as práticas que temos hoje, bem como pautam as estratégias de formação que construímos, exigindo uma constante avaliação e monitoramento destas, a fim de refletirmos se estas ações dão conta das demandas emergentes na extensão universitária.

## **OBJETIVOS**

Como objetivo maior, o plano de formação extensionista visa possibilitar aos sujeitos que realizam práticas de extensão universitária junto à UPF um percurso formativo com vistas à construção de saberes e à qualificação das ações desenvolvidas no âmbito de projetos, cursos, eventos e serviços prestados à comunidade local e regional.

Também se pretende acolher docentes e discentes que realizam extensão universitária nas suas dúvidas e inquietações relacionadas à implementação de seus projetos e suas ações extensionistas.

Pretende-se ainda garantir assessoramento aos extensionistas no que tange ao uso da educação não formal como princípio metodológico nos projetos desenvolvidos, bem como a ampliação e qualificação da produção de tecnologias sociais, gerando novas metodologias de inserção territorial.

É objetivo também do plano de formação, construir políticas extensionista transversalizadas pela promoção dos Direitos Humanos e a Sustentabilidade, pensando também uma logística da extensão universitária conforme a potencialização da produtividade social dos territórios, mediante uma mobilização das competências objetivas (as redes técnicas) e subjetivas (as redes sociais).

Por fim, busca-se instrumentalizar os extensionistas e interessados nos processos de gestão dos projetos sociais para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas.

## **METODOLOGIA**

A metodologia de trabalho nos processos de formação desenvolvidos é pautada a partir dos conceitos de educação não formal e dos processos grupais. Compreendemos estes conceitos/ferramentas de suma importância na garantia de que os processos de

aprendizado desencadeados nas ações de formação, bem como a experiência de grupalidade em si, deem subsídio para que os extensionistas construam instrumentos de trabalho capazes de dar conta de responder as demandas da realidade.

É pensando no desafio de compartilhar a produção de conhecimento, e na produção de tecnologias sociais capazes de incidir nas realidades vivenciadas pelos sujeitos envolvidos com a extensão universitária, que devemos repensar nossa concepção de metodologia, a fim de garantir que todos sejam protagonistas deste processo.

O termo metodologia deriva de duas palavras do latim, “meta” e “hódos”. “Meta”, significa fim, ou, um objetivo que se pretende alcançar. Já a palavra “hódos” faz referência a um caminho, um percurso a ser realizado. Neste sentido, o termo metodologia expressa um objetivo proposto e um caminho desenhado a fim de chegar a tal objetivo. Propomos a inversão destas palavras, bem como a inversão da lógica do método, entendendo que é somente no “hódos”, ou no caminho a ser percorrido, com os encontros que este nos proporciona, que somos capazes de construir “metas” possíveis, pautadas na realidade e com sentido para os sujeitos envolvidos, tornando-os protagonistas desta produção (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

É pretendendo garantir uma metodologia pautada nos encontros possíveis que trazemos como ferramenta a educação não formal. Esta aponta para um processo atrelado a várias dimensões, dentre elas, podem-se destacar a aprendizagem política dos sujeitos; a construção de habilidades e o desenvolvimento de potencialidades; a organização coletiva com vistas a objetivos comuns buscando solucionar problemas do cotidiano dos sujeitos; além do desenvolvimento da capacidade de realizar leitura de realidade (GOHN, 2006, p. 2).

Como complemento as práticas de educação não formal, é fundamental compreendermos a importância e a potência dos coletivos nos percursos formativos propostos enquanto grupo.

Os grupos são excelentes espaços de compartilhamento de experiências, capazes de potencializar os sujeitos em suas práticas, sendo um dispositivo que a partir de sua heterogeneidade é capaz de criar outros saberes e práticas, respondendo com efetividade as demandas de diferentes realidades.

Enfatiza-se ainda na metodologia de trabalho para a formação extensionista a busca pela construção de uma postura de compreensão, análise e respeito às diferenças culturais, socioeconômicas, étnicas e de gêneros presentes nas realidades vivenciadas.

A fim de implementar o plano de formação extensionista, a Vice Reitoria de Extensão da Universidade de Passo Fundo conta com uma equipe de assessoria que realiza o planejamento e execução dos processos formativos, constituindo-se como um grupo de três funcionários e três docentes.

## DESENVOLVIMENTO – DISCUSSÃO

Todo o processo desenvolvido com vistas a oferecer/construir com discentes e docentes espaços de formação para práticas de extensão qualificadas na UPF parte da seguinte compreensão sobre o que é extensão:

[...] uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *práxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. (FORPROEX, 1987 apud PNE, 2012, p. 9).

Diante disso, dentre as atividades desenvolvidas durante o ano de 2013, podemos destacar a realização de seminários, conferências, oficinas, assessorias a projetos, centros e núcleos, participação em eventos relacionados à extensão universitária, entre outros.

Destacamos aqui a necessidade de entender os processos formativos realizados pela equipe de assessoria também como práticas discursivas, que carregam em si sentidos produtores de determinadas subjetividades. Neste sentido, colocar em discussão nos processos formativos visões de si e de mundo, é provocar rupturas em discursos hegemônicos acerca do que é fazer extensão.

Quando entendemos que há ainda discursos dominantes/dominadores acerca do que é extensão - discurso esse que em geral se dá em uma perspectiva assistencialista, onde a academia se apresenta como sujeito detentor de um saber/poder capaz de transformar as diferentes realidades, bem como de quem são os sujeitos receptores dessa “assistência” -, devemos entender os processos formativos realizados e apresentados aqui como práticas de resistência, em um sentido foucaultiano. Essa resistência se dá sempre no interior dos processos de relação de poder, segundo este autor, aonde há dominação, há resistência (FOUCAULT, 2011).

Toda a relação é uma relação de poder, é neste sentido que saber sobre alguém ou algo, é ter poder sobre isto, portanto, a relação que se estabelece entre a universidade e a comunidade expressa um exercício de poder de um sobre o outro. Assim, mesmo que forças hegemônicas sejam capazes de garantir a manutenção do *status quo*, estas nunca são capazes de eliminar a resistência a estes modos de subjetivação (FOUCAULT, 2011).

Se as maiores fragilidades identificadas nas práticas extensionistas são justamente nas leituras de realidade desenvolvidas, bem como a articulação destes com as políticas sociais, podemos afirmar que a universidade ainda assume um discurso onde esta possui

um saber/poder pré-forma capaz de dar conta de entender as diferentes realidades, e de executar ações autonomamente, sem necessariamente articular-se com outras instituições, tampouco escutando os sujeitos “alvo” (pois neste sentido os sujeitos ocupam um espaço de público alvo de alguma intervenção) destas práticas.

Assim, resistir é articular ações, formar fluxos de problematizações que deem conta de colocar em discussão a pluralidade de realidades, bem como as inúmeras formas de fazer extensão a partir dos diferentes olhares do que é e o que deve ser a extensão.

É desconstruindo esta perspectiva de universidade como detentora de um saber/poder sobre a realidade de outros territórios, que somos capazes de democratizar/coletivizar a produção de conhecimento, buscando responder efetivamente as demandas das realidades.

Ferreira Neto (2011) traz de Guattari a noção de território existencial como produção de subjetividade. Para ele, as noções de espaço e corpo são inseparáveis, sendo o primeiro uma composição heterogênea composta por inúmeros elementos, funcionando como máquina produtora de subjetividade. Assim, o território constituído da extensão pode ser compreendido como múltiplo, heterogêneo e capaz de afetar/subjetivar, seja em um sentido uniformizante/normatizador, seja em um caráter transformador/libertador.

Se as políticas sociais evidenciam a diferença em seus múltiplos sentidos, realizar reflexões, apresentar conceitos, e fomentar a articulação com estas produz abertura para novas experiências na extensão, inserindo outros sujeitos como protagonistas do processo de trabalho neste âmbito.

Propor outros modos de ensinar e aprender, bem como outras formas de se fazer extensão, é propor outros modos de subjetivação, caracterizando-se como território fértil para se constituir outras formas de relação entre universidade-comunidade.

Na medida em que as ações passam a ser realizadas, reflexões acerca do modo de aprender e ensinar, leituras de realidades, a articulação de ações e experiências com as políticas sociais, entre outros aspectos, tornam-se foco de atenção e discussão dos sujeitos integrantes da extensão. Os elementos apontados a seguir nascem de movimentos avaliativos feitos com esses sujeitos a partir do plano de formação e traduzem a construção de novas formas de viver/sentir a extensão universitária.

**Tabela de sistematização de avaliação de extensão**

<b>EXTENSÃO QUE TEMOS</b>	<b>POTENCIALIDADES/DESAFIOS</b>
Pouca credibilidade na extensão	Fazer extensão na perspectiva do reconhecimento, defesa e produção de direitos
“Ser bombeiro”	Aproximação com professores e alunos residentes nos campi
Operacional	Mais espaços de troca com reunião de grandes áreas
Pouca mobilização	Maior escuta e diálogo com as demandas sociais
Projetos não articulados às políticas públicas	Estudo aprofundado das políticas públicas
Não há interdisciplinaridade	Sensibilização para a extensão
Pouco planejamento	Ampliação conceitual da palavra extensão
Não há transdisciplinaridade	Dar mais visibilidades às ações de extensão
Projetos dissociados das realidades dos territórios	Mais interdisciplinaridade/transdisciplinaridade
Pouca integração	Construção dos processos de forma coletiva
Meritocracia	Participação, interação entre professor/aluno – maior articulação dos/com os alunos
Falta de priorização de temas/ações	Entender a extensão, conceitos para fortalecer nossas práticas
Dissociação aluno/professor	Fortalecimento da gestão da extensão

FONTE: Dados de sistematização de oficina realizada em Ago/2013.

Temos clareza de que o apontamento acerca de limites que se fazem presentes no cotidiano da extensão da universidade não se traduz na certeza de que esse espaço será transformado a partir daquilo que entendemos como importante para o desenvolvimento das ações extensionistas<sup>1</sup>. Entretanto, percebemos o quão essencial é possibilitar espaços de avaliação e auto-avaliação que sejam conduzidos/pensados por todos, de maneira participativa e autônoma, o que fez com que as reflexões acima pudessem ser ditas de maneira espontânea. Esse se tornou um movimento significativo para o andamento do processo.

Thiollent (2002) ao mencionar Stringer afirma acerca da participação enquanto fator preponderante para a extensão universitária, que é por meio dela que podemos garantir um

<sup>1</sup> “A VREAC/UPF entende ainda que a formação de extensionistas deve ser orientada a partir de pressupostos básicos, entre os quais, destacam-se: Enfatizar a leitura de realidade dos espaços [...]; Construir com todos os envolvidos uma postura participativa [...] o respeito a todas as formas de saberes incorporados às distintas realidades; Construir uma postura de compreensão, análise e respeito às diferentes características e condições sócio-econômicas, [...] aspectos culturais, étnicas, de gênero [...]; Construir habilidades participativas com vistas a perspectiva da coletividade [...]; Promover uma visão totalizante [...]; Promover a construção de uma prática educativa e reflexiva para e com todos os sujeitos envolvidos desenvolvendo um posicionamento crítico [...]; Facilitar e disseminar o acesso a informações sobre políticas públicas e direitos sociais [...]” (PLANO DE FORMAÇÃO EXTENSIONISTA – UPF, 2013/2014, p. 12 e 13).

envolvimento com qualidade, além de capacitar os sujeitos para a realização dos processos interventivos. Com relação a isso, também é possível identificar que a participação nos distintos espaços pelos diferentes sujeitos torna-se apoio para a construção de uma autonomia na extensão, fortalecendo os planos construídos por eles.

Devemos ressaltar ainda que essa participação possui significação política, já que os extensionistas se sentem instigados a posicionar-se acerca do que vivem na extensão (THIOLLENT, 2002). Sendo assim, esse movimento não é homogêneo ou tranquilo, mas heterogêneo, complexo e desafiador, já que denota diferenças, particularidades e anseios dos distintos segmentos envolvidos.

A própria elaboração e execução de um plano de formação extensionista se constitui em tomar decisões que alteram o cotidiano das práticas já institucionalizadas. Isso, por vezes, é visto de maneira arbitrária, pois justamente mexe com concepções historicamente construídas, a exemplo de que, por meio da extensão universitária repassa-se conhecimento a grupos e comunidades não detentoras de saber e cultura, ou ainda, assistência social.

Na medida em que dissemina-se a perspectiva de que a aprendizagem é recíproca na relação universidade-comunidade e que a produção de conhecimento se dá no estabelecimento de vínculos com movimentos sociais coletivos, nos posicionamos contra uma hierarquia verticalizada creditada na extensão universitária de modo geral. Consequentemente, passa-se a enfatizar que processos horizontais garantem que a Extensão Universitária se construa como uma ação política que visa estabelecer vínculos estreitos com a sociedade. Assim, suas ações acabam por aprofundar relações democráticas do saber científico, artístico e tecnológico. Dessa forma, induz-se o desenvolvimento social, a luta contra as distintas formas de exclusão social, entre outras questões (DALBEN; VIANA; HENRIQUES, 2008). Em outras palavras, passa-se a assumir um posicionamento que se mostra contrário a toda forma individual e focalizada de se fazer extensão.

Assumir tais posicionamentos consiste, portanto, também no ato de autoconhecimento e autoanálise, com um sentido social e político intrinsecamente relacionado a determinados projetos políticos e pedagógicos que precisam ser construídos coletivamente (DALBEN; VIANA; HENRIQUES, 2008). Caso contrário, apenas juízos de valor e discursos teóricos marcarão o contexto da extensão universitária.

## REFERÊNCIAS

BELCHIOR. Alucinação. Alucinação. Polygram. 1976.

DALBEN, Angêla I. L. F.; VIANNA, Paula C. de M.; HENRIQUES, Augusto O. S. Gestão e Avaliação da Extensão Universitária: a construção de indicadores de qualidade. IN: ARAÚJO FILHO, Targino ;THIOLLENT, Michel Jean-Marie. **Metodologia para Projetos de Extensão: Apresentação e Discussão**. Universidade Federal de São Carlos(UFSCar) – São Carlos: Cubo Multimídia, 2008.

FERREIRA NETO, João Leite. **Psicologia, Políticas Públicas e o SUS**. São Paulo: Editora Escuta; Belo Horizonte: Editora Fapemig, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2011.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS - FORPROEX. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: Avaliação das Políticas Públicas Educacionais, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. de. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 270 p., 2009.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus - maio 2012;

VICE-REITORIA DE EXTENSÃO – UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. **Plano de Formação Extensionista**, 2013/2014.

TAVARES, Maria das Graças M. **Os múltiplos conceitos da Extensão**. In: Participação (3). Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília, Brasília-DF, dezembro 1997, p. 9-16.

THIOLLENT, Michel. **Construção do conhecimento e metodologia da extensão**. I CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - João Pessoa – PB, 10 de novembro de 2002.